

continuação				
vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de <i>covenants</i> relacionados as debêntures.				
15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais				
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, administrativos e contratuais. 15.1. Processos com prognóstico de perda provável: A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:				
	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contra-tuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.415	5.198	-	6.613
Constituição	2.416	6.332	38	8.786
Reversão	(836)	(1.599)	(16)	(2.451)
Pagamentos	(1.550)	(3.237)	(6)	(4.793)
Atualização de bases processuais e monetária	252	873	-	1.125
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.697	7.567	16	9.280
15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.				
		2025	2024	
Cíveis e administrativos		8.906	5.516	
Trabalhistas e previdenciários		4.208	7.146	
Total		13.114	12.662	
16. Provisão de manutenção				
	Circulante	Não circulante	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	45.597	43.337	88.934	
Constituição	(14.103)	19.967	5.864	
Ajuste a valor presente	4.410	4.762	9.172	
Transferências	31.918	(31.918)	-	
- Realização	(31.957)	-	(31.957)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.865	36.148	72.013	
As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.				
17. Patrimônio líquido				
17.1. Capital social: Em 28 de maio de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 100.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas em 28 de maio de 2025 e integralizadas em 6 de junho de 2025. Em 2 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 120.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 120.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas e integralizadas em 2 de dezembro de 2025. O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 1.408.456, dividido em 1.408.456.196 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.				
17.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.				
17.3. Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.				
17.4. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:				
	2025			
Lucro líquido do exercício	171.862			
(-) Constituição de reserva legal	(8.594)			
Lucro líquido ajustado	163.268			
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	40.817			
Total de juros sobre capital próprio a pagar (líquidos de IRRF)	90.391			
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	90.391			

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de juros sobre capital próprio a pagar. **17.5. Juros sobre capital próprio:** Em 22 de setembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 77.342, relativo ao lucro do período de janeiro a agosto de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 65.741, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 11.601, a serem pagos quando oportuno e serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025. Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 29.000, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R\$ 24.650, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 4.350, a serem pagos conforme deliberação futura e com base na composição acionária vigente na presente data. **17.6. Lucro por ação básico:** A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	171.862	139.799
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.258.236	1.188.456
Lucro por ação ordinária - básico	0,13659	0,11763

17.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações: Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 20.868 ações; • Data da outorga: 16 de abril de 2025; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59; • Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58; • Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 20.868 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.906 ações, restando 37.832 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 527 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	1.518.491	1.250.257
Receitas de pedágio	572.301	535.920
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	945.588	713.695
Receitas acessórias	602	642
Deduções das receitas brutas	(49.619)	(46.648)
Impostos sobre receitas	(49.549)	(46.408)
Abatimentos	(70)	(240)
Receita operacional líquida	1.468.872	1.203.609
19. Resultado financeiro		
	2025	2024
Despesas financeiras	(40.710)	(62.046)
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(155.286)	(134.052)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(3.336)	(1.008)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(9.172)	(6.391)
Capitalização de custo de empréstimos	129.249	80.540
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(275)	(369)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(2)	(1)
Taxas e outras despesas financeiras	(1.888)	(765)
Receitas financeiras	28.633	55.364
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.912	54.983
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	1
Juros e outras receitas financeiras	2.721	380
Resultado financeiro líquido	(12.077)	(6.682)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
Ativo	Nível	217.093	423.055
Valor justo através do resultado		171.278	384.127
Caixa e bancos	Nível 2	3.516	7.219
Aplicações financeiras	Nível 2	137.706	301.645
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	30.056	75.263
Custo amortizado		45.815	38.928
Contas a receber das operações		45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas		13	60
Passivo		(2.176.471)	(1.692.633)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(2.176.471)	(1.692.633)
Debêntures (a)		(1.078.216)	(1.003.268)
Empréstimos e financiamentos (a)		(642.018)	(360.910)
Fornecedores e outras obrigações		(136.245)	(138.588)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(120.007)	(80.330)
Juros sobre capital próprio		(198.737)	(108.346)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.248)	(1.191)
Total		(1.959.378)	(1.269.578)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos e debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	120.168	108.706	127.021	103.841
Debêntures (a)	1.082.844	932.849	1.008.440	863.069

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas fontes públicas (ex.: B3, ANBI-MA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data-base.

20.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da

análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Exposição em Risco R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Cenário provável ⁽¹⁾	Cenário A ⁽²⁾ 25%	Cenário B ⁽³⁾ 50%
Risco		(1.745.880)	(172.617)	(190.836)
IPC-A				(209.054)
Efeitos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(172.617)	(190.836)	(209.054)
CDI	168.428	13.204	16.418	19.600
Efeitos sobre aplicações financeiras		13.204	16.418	19.600
Total do efeito líquido de ganhos/perdas		(159.413)	(174.418)	(189.454)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo; Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromisso de investimento	3.090.465	3.960.670
Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.		

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram o caixa: As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	45.610	45.610
Fornecedores	45.610	45.610
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(45.610)	(45.610)
Adições ao ativo intangível	(45.610)	(45.610)

22.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(360.910)	(1.003.268)	(2.658)	(1.188.456)	(2.555.292)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(239.615)	38.845	2.718	(220.000)	(418.052)
Captações (líquidas de custos de transação)	(267.680)	-	-	-	(267.680)
Pagamento de principal	6.490	4.987	-	-	11.477
Pagamento de juros	21.575	33.858	2.718	-	58.151
Integralização de capital	-	-	-	(220.000)	(220.000)
Outras variações que não afetam o caixa	(41.493)	(113.793)	(4.841)	-	(160.127)
Ajuste a valor presente	-	-	(275)	-	(275)
Adições de contrato de arrendamento	-	-	(4.566)	-	(4.566)
Despesa com juros e variação monetária	(41.493)	(113.793)	-	-	(155.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(642.018)	(1.078.216)	(4.781)	(1.408.456)	(3.133.471)

23. Eventos subsequentes
Em 2 de fevereiro de 2026 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 259.000, mediante a emissão de 259.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31/12/2026 por sua única acionista Motiva. Foi integralizado o valor de R\$ 60.000 no dia 9 de fevereiro de 2026.

Composição do Conselho de Administração	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo
Composição da Diretoria	
Fernando Henrique Pereira De Marchi	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Fausto Camilotti	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor
Contadora	
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0 S/RS	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, conselheiros e administração da **Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.** Porto Alegre - RS
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Capitalização de gastos com ativos de concessão: (Notas explicativas nºs 3.2, 3.7, 3.14 e 11):** Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. As capitalizações dos montantes registrados nestas rubricas no exercício de 2025 impactaram na apuração do custo de construção e, consequentemente, a determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como a existência de certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área relevante para nossos trabalhos e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementadas pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões; • testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de

avaliar a natureza do gasto e sua respectiva classificação; • avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e a aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e • avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a capitalização dos gastos ao ativo de contrato e ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** A auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, sem modificação, foi emitido em 26 de fevereiro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,